



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL REJANE DIAS

LIDO NO EXPL. NTE  
Em, 04, 06, 2014

*[Assinatura]*  
Secretário

PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 18 /2014.

*DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DAS  
DELEGACIAS REGIONAIS E  
ESPECIALIZADAS DE PROTEÇÃO A  
CRIANÇA E ADOLESCENTE NO  
ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que o Poder legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas Delegacias Regionais e Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente no Estado do Piauí.

Parágrafo único. As Delegacias, ora criadas, serão implantadas nos Municípios de Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus.

Art. 2º As Delegacias serão vinculadas à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí.

Art. 3º As atribuições e competências das Delegacias Regionais e Especializadas serão definidas pela Secretaria da Segurança Pública e do Estado do Piauí.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em Teresina, 04 de Junho de 2014.

*[Assinatura]*  
REJANE DIAS  
DEPUTADA ESTADUAL DO PT

## JUSTIFICATIVA

Para que a criança e o adolescente tenham seus direitos respeitados é preciso que a comunidade denuncie qualquer tipo de agressão ou desrespeito ao cidadão com menos de 18 anos. As investigações mais freqüentes a serem feitas pelos policiais dessas delegacias especializadas são de lesões corporais, injúria, maus tratos, abandono material e, principalmente, violência e abuso sexual.

Ressalte-se que o abuso sexual é a mais cruel violência praticada contra menores, que não tem, sequer, possibilidade de defesa. No Piauí, crescem a cada dia os casos desse tipo de violência, o que enseja a descentralização de tais delegacias, que só existe uma, em todo o Estado, com sede na Capital.

Somente em 2012, foram registrados 462 casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes em todo o Estado. Nos dois primeiros meses de 2013 já se computaram 36 casos de violência ou abuso sexual a crianças que tem entre 5 a 7 anos de idade.

A Constituição Federal de 1988, por si só já era o suficiente para garantir a proteção à criança e ao adolescente, ainda assim temos o Estatuto da Criança e Adolescente. O dever de assegurar a participação comunitária, a defesa da dignidade, o bem-estar e o direito à vida, pertence à família, a sociedade e ao Estado; sendo, portanto, dever de todos. Toda vez que precisamos de leis para efetivar direitos constitucionais é sinal de que não os respeitamos e, por conseguinte, estamos um passo atrás do espírito constitucional.

É com o sentimento de justiça que peço o apoio dos nobres colegas parlamentares na aprovação deste indicativo de lei.

Sala das sessões, em Teresina, 04 de Junho de 2014.



REJANE DIAS  
DEPUTADA ESTADUAL DO PT